



GT – 20: Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos

AS IDEIAS DE ANTIVALOR

A Construção de uma Perspectiva a partir de Francisco de Oliveira e de David Harvey

Thaís Oliveira Ponte
Universidade de São Paulo
thaisolponte@usp.br

RESUMO:

Este trabalho investiga o conceito de antivalor em Francisco de Oliveira e em David Harvey, com o objetivo de apresentar as ideias presentes no pensamento desses autores, bem como discutir se existem similaridades que nos permitam aproximar as duas ideias. A análise mostra a relação entre a acumulação primitiva e a reprodução expandida do capital, destacando como o antivalor pode reativar e, simultaneamente, limitar o movimento do capital. Também permitiu observar como essa força paradoxal interage com a dinâmica do capital produzindo pobreza. O antivalor tem contribuído na perpetuação da pobreza através de formas renovadas de exploração, de espoliação e de dominação, evidenciando uma influência na estrutura da sociedade. O resultado mostra que a pobreza não é apenas uma consequência do antivalor, mas uma manifestação direta de como essa força molda as condições de vida no capitalismo.

Palavras-chave: antivalor, acumulação primitiva, reprodução ampliada, pobreza.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central o conceito de *antivalor* na produção bibliográfica da Economia Política, mais especificamente, as ideias de antivalor do geógrafo britânico David Harvey e do sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira. O objetivo geral é apresentar as ideias de antivalor presentes no pensamento desses autores, bem como discutir se existem similaridades que nos permitam aproximar as duas ideias.

Francisco de Oliveira percebeu que nos países considerados líderes no processo de acumulação de capital, a partir dos anos 1930, ocorreu uma transformação nas relações e na forma como o Estado participava da acumulação capitalista. A análise dessas transformações foi o principal objeto de estudo do autor para pensar o conceito de antivalor, que no seu argumento está diretamente ligado ao conceito de fundo público. David Harvey pensa o conceito de antivalor por meio de um diálogo aprofundado com a teoria marxista e, ao mesmo tempo, estabelecendo conexões diretas com as questões exploradas em suas investigações sobre a dinâmica urbana, acumulação, espoliação e os desdobramentos geográficos marcados pela desigualdade.

De partida, podemos afirmar que as concepções delineadas por David Harvey e Francisco de Oliveira revelam uma dualidade que se transforma em ambiguidade e, conseqüentemente, em uma unidade paradoxal presente no valor em movimento dentro da lógica da circulação do capital. É uma unidade paradoxal, pois possibilita a recolocação do valor em movimento ao mesmo tempo que limita essa dinâmica e que pode interromper ou diminuir seu fluxo contínuo. Ao longo da história do capitalismo e da humanidade, esse mecanismo não é propriamente novo. David Harvey (2018) afirma que Marx já apontava para uma ideia de que a circulação do capital pode sofrer interrupções e ameaças de desvalorização, de perdas de valor. Na sociedade contemporânea, o desafio surge quando todo o funcionamento do sistema capitalista global repousa na dinâmica do antivalor. Isso torna-se evidente com o destaque crescente das finanças e também da interdependência entre dívida e crédito no panorama econômico. Existe, portanto, uma transformação nos padrões de acumulação, de exploração e de espoliação.

A justificativa para retomarmos a David Harvey e a Francisco de Oliveira se apoia, primeiramente, no fato de que esses autores podem nos fornecer pistas e trazer ao debate possíveis explicações abrindo portas para uma análise das relações entre acumulação, exploração e os processos, muitas vezes violentos, de espoliação.

A bibliografia base para a realização deste trabalho é composta pelo livro *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita* (1998) de Francisco de Oliveira, bem como o livro do mesmo autor intitulado *Crítica à razão dualista: o ornotorrinco* (2013). O primeiro texto foi selecionado porque condensa uma série de trabalhos anteriores do autor, onde ele faz a tentativa de dialogar com algumas críticas feitas à ideia apresentada no artigo chamado *O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público* (1988). Foi utilizado também o livro *A loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI* (2018), mais especificamente o quarto capítulo denominado *Antivalor: a teoria da desvalorização* e, por fim, o livro *O Novo Imperialismo* (2014), ambos de David Harvey. Este último, apresenta construções teóricas que fundamentam as ideias apresentadas no livro *A loucura da Razão Econômica*. Em termos gerais os procedimentos adotados foram a leitura, a elaboração de resumos, fichamentos e anotações das principais ideias e passagens contidas nos textos selecionados.

O trabalho está estruturado em três seções distintas. A primeira se intitula *A Ideia de Antivalor para Francisco de Oliveira* e tem como propósito delinear o percurso intelectual seguido pelo autor na formulação da ideia de antivalor. Além disso, busca esclarecer a própria compreensão do autor acerca desse conceito. A segunda seção, intitulada *A Ideia de Antivalor para David Harvey*, tem como objetivo elucidar a interpretação que este autor possui da ideia de antivalor, bem como demonstrar as interconexões existentes entre tal ideia e o funcionamento da dinâmica do capitalismo global. Por fim, a terceira seção, nomeada *Antivalor como Continuação e como Superação da Espiral do Capital*, busca identificar possíveis afinidades entre as concepções dos dois autores, apresentando o antivalor como um fenômeno que não apenas continua, mas também transcende a espiral de funcionamento do capital.

2. A IDEIA DE ANTIVALOR PARA FRANCISCO DE OLIVEIRA

Antes de entrar propriamente na apresentação aqui pretendida, considera-se importante localizar o pensamento de Francisco de Oliveira que se desenvolve a partir de uma perspectiva teórica marxista. Ao responder uma crítica do professor Francisco José Soares Teixeira disse que: "não sou marxista para manter-me nos limites estritos, ainda que formidavelmente amplos, do que Marx pensou" (1998, p.11), por isso, arriscou-se a avançar nas teorias de Marx, a partir das particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, fugindo do modelo cepalino de análise, propôs uma discussão renovada na literatura da teoria política econômica latino-americana e brasileira. Certamente, logrou êxito na sua empreitada.

Uma das mais intrigantes e inovadoras provocações teóricas presentes no pensamento de Francisco de Oliveira, foi sistematizada inicialmente no artigo *O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público* (1988) publicado originalmente na revista *Novos Estudos Cebrap* e, posteriormente, ampliado no forma de livro intitulado *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita* (1998)¹ onde o autor apresenta o conceito de Antivalor procurando responder algumas críticas feitas ao primeiro texto.

Francisco de Oliveira percebeu as transformações que aconteceram na virada de 1930, após a crise de 1929, na forma como o Estado participava da acumulação capitalista, sendo essas transformações o mote principal de suas análises para pensar o conceito de Antivalor, que é dotado de um sentido particular e específico. Para o autor, essas transformações eram capazes de impor uma revisão da teoria marxista do valor, pois permitia pensar alternativas à lei de valorização como único pressuposto da produção econômica ao longo do século XX, e se configuraram como a "... estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de

¹ Este livro é composto por uma série de artigos escritos por Francisco de Oliveira em parceria com outros intelectuais, publicados em épocas diferentes da sua trajetória acadêmica. Conforme o próprio autor comenta na introdução do livro, a primeira parte é composta por dois artigos que abordam o tema da relação do Estado com a acumulação capitalista e a regulação do capitalismo são eles: *O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público* (1988) e *A economia política da social-democracia* (1993). A segunda parte é também composta por dois artigos que foram publicados na *Novos Estudos Cebrap*, são eles: *A Metamorfose da Arribação* (1990) e *Crise e Concentração: quem é Quem na Indústria de São Paulo* (1994), além de uma entrevista à *Folha de São Paulo*. Por fim, a terceira parte é composta por mais quatro textos, são eles: *Quem tem medo da governabilidade?*; *Além da hegemonia, quem da democracia*; *A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda*; *Dominantes e dominados na perspectiva do milênio*.

uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante." (OLIVEIRA, 1998, p.48). Constituía-se, dessa forma, uma nova forma de socialização.

No campo teórico, o livro lançado ainda na década de 1930, *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) do economista John Maynard Keynes, se tornou referência para a compreensão e análise do papel do Estado e das crises no contexto do sistema capitalista. Para Francisco de Oliveira a compreensão dessa transformação exigia a necessidade de ir além do conceito de "intervenção estatal"², comumente usado na tradição liberal da teoria econômica. O Estado-providência ou Estado de Bem-Estar Social, como resultado das políticas intervencionistas e inicialmente criadas para combater as flutuações dos ciclos econômicos têm suas bases na teoria econômica de Keynes. O que o pensamento econômico liberal denomina de "intervenção estatal", Oliveira entende como a atuação do Estado no sentido de regular processos sociais e econômicos que não podem ser administrados de forma privada, conforme afirma: "A dialética do processo resulta em que ele é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz, se eles se transformam em interesses gerais, públicos. (OLIVEIRA, p. 51, 1998). Francisco de Oliveira (1998) sugere a existência de um "modo social-democrata de produção" que universalizou-se, mas que varia em grau de realização ao redor do mundo conforme o próprio sistema capitalista. Ele observa que esse modo é mais forte em países com tradição social-democrata, como na Europa, mais fraco em países centrais sem essa tradição, como os Estados Unidos e o Japão e ainda mais fraco em países periféricos, como o Brasil e a Índia (OLIVEIRA, 1998, p.59). O autor não deixa de pontuar as diferenças existentes nas experiências dos países centrais e periféricos desde o Pós-Segunda Guerra Mundial, mas destaca que em todos eles ocorreu o aumento da importância dos fundos públicos na dinâmica capitalista.

² Oliveira (1998) fala que: "o termo "padrão de financiamento público" é preferível aos termos usualmente utilizados no debate, tais como "estatização" e "intervenção estatal". O termo estatização leva a supor que a propriedade é crescentemente estatal, o que está muito longe do real, e o termo intervenção estatal induz a pensar-se numa intervenção de fora para dentro, escamoteando o lugar estrutural e insubstituível dos fundos públicos na articulação dos vetores da expansão econômica." (p.23)

Segundo Francisco de Oliveira (1998), o Estado-providência estabeleceu-se como o padrão principal de suporte financeiro público da economia capitalista. Estruturou-se assim, uma esfera pública, baseada em regras amplamente aceitas, onde o Fundo Público possui um papel de destaque, pois é o representante e se tornou a base desse financiamento ao assumir a função de financiador tanto da acumulação de capital quanto da reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 1998).

Ao assumir o financiamento da reprodução social da força de trabalho, o fundo público participa por meio do fornecimento de bens e serviços públicos tais como: medicina socializada, educação universal gratuita e obrigatória, previdência social, seguro desemprego, subsídio para transporte, auxílio para habitação e lazer, além de programas de combate à pobreza. Esses serviços são chamados pelo autor de salário indireto e funcionam "como *antimercadorias sociais*, pois sua finalidade não é de gerar lucros, nem mediante sua ação dá-se a extração da mais-valia" (OLIVEIRA, 1998, p. 29). Nesse sentido, para autor o salário indireto se constituiu também em antivalor, pois não se coloca como capital e não busca valorizar-se. O salário indireto através da provisão de serviços sociais funciona como um incremento do salário direto provocando uma tendência à desmercantilização³ da força de trabalho, enquanto simultaneamente impulsiona o crescimento do investimento em capital fixo (OLIVEIRA, 1998), ou seja, o financiamento público, ao aliviar a responsabilidade do capital em financiar diretamente a reprodução da força de trabalho, permitiu que o capital fosse direcionado para melhorias tecnológicas.

Quando o fundo público assume o financiamento para a acumulação de capital privado a sua participação ocorre através da destinação de recursos para ciência e tecnologia, de subsídios à produção, de juros subsidiados para setores de ponta, de poderosos setores estatais produtivos, ampla militarização, agricultura, mercado financeiro e de capitais através de bancos e/ou fundos estatais (intervenção na circulação monetária de excedentes), valorização dos capitais pela via da dívida pública. Para Oliveira (1998), o investimento público age como uma "ponte invisível" entre as pessoas que economizam dinheiro (poupadores) e as pessoas que usam esse dinheiro para investir em negócios (investidores). Cria-se assim, dois tipos de

³ Essa ideia é refutada na tese de doutorado de Roseli Aparecida Coelho (COELHO, Roseli Aparecida Martins. Social democracia: a chantagem do capitalismo. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.) e no capítulo de livro de Elaine Rossetti Behring (BEHRING, E. R. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, I. (Org.) Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez Editora, 2018.)

setores de negócios: os capitais oligopolistas que têm vantagens e podem acessar recursos do fundo público e o setor concorrencial competitivo que não tem acesso a esses fundos públicos⁴. Há pelo menos duas taxas médias de lucro: uma para as empresas que têm acesso ao dinheiro público (oligopolistas) e outra para aquelas que não têm (concorrência "primitiva").

O fundo público se estabelece assim, como uma esfera pública (o governo desempenhando o papel central do financiamento e da alocação de recursos), as regras de reprodução econômica se tornam mais estáveis e marcadas por "regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos", uma esfera pública e um mercado institucionalmente regulado. Conforme afirma o autor: "O fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que sinaliza as possibilidades de reprodução."⁵ A mudança do padrão de financiamento a partir das alterações das relações entre o Estado e a acumulação de capital pós-crise, operou uma alteração na produção do valor, que segundo Oliveira, "levado às últimas consequências, o padrão de financiamento público implodiu o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral" (OLIVEIRA, 1998, p. 27). A ideia de que o valor é o único fator crucial para a expansão do capital foi desconstruída, já que o fundo público também assumiu esse papel. O fundo público existe "em abstrato" antes de existir efetivamente, indicando que a sua função é estabelecer as bases e as possibilidades para a reprodução dos capitais privados e também da força de trabalho, ou seja, é um *mix* dialético, conforme afirma o autor.

O conceito de fundo público tenta trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade. Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um *mix* que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição

⁴ Oliveira coloca esse pensamento inspirado na teoria da dualidade da estrutura econômica de Paolo Sylos Labini que argumenta que as economias podem ser divididas em setores oligopolistas e setores competitivos.

⁵ *Ex-ante* e *ex-post* são termos em latim. O primeiro se refere à preparação e planejamento antecipado, ao contrário do segundo que se refere à avaliação após os acontecimentos.

de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução ampliada. (OLIVEIRA, 1998, p.53)

Existem, portanto, dois conceitos importantes para Francisco de Oliveira e que são explicitados no livro *Os Direitos do Antivalor*: o primeiro é o conceito de fundo público e o segundo o conceito de antivalor que aparece vinculado ao de fundo público. Oliveira (1998) observa que o fundo público teve um impacto significativo na dinâmica geral de acumulação de capital. O fundo público emergiu como um elemento que influenciou a maneira como cada capital individual se relaciona com o Estado, tornando-se um pressuposto essencial para o processo de acumulação. Assim, fez-se uso tanto do capital individual como do fundo público para a acumulação, dessa forma, se estabelece um efeito paradoxal que levou o fundo público a se comportar como anticapital.

Essa relação *ad hoc* leva o fundo público a comportar-se como um anticapital num sentido muito importante: essa contradição entre um fundo público que não é valor e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor. (OLIVEIRA, 1998, p. 29)

O valor não se refere somente a si mesmo, uma vez que deveria buscar o fundo público para não perder a sua própria valorização. Ao discutir o desdobramento teórico no campo marxista, Oliveira afirma que a ação do fundo público altera as equações da Teoria do Valor de Marx, conforme o quadro a seguir:

Autor	Equação circuito capital-dinheiro	Equação circuito mercadoria	Composição do capital
Para Karl Marx	D-M-D'	M-D-M	C+V+M
Para Francisco de Oliveira	Anti-D-D-M-D'(-D)	Anti-M-M-D-M'(anti-M)	-C+C+V(-V)

Fonte: (Oliveira, 1998). Elaboração: a autora.

O fundo público participa do circuito capital-dinheiro com uma quantidade de moeda que não se coloca como valor (é um antivalor - Anti-D) que é expressa em moeda, mas não é dinheiro, ou seja, são os recursos advindo dos impostos arrecadados que, não possuem valor e nem a função do dinheiro. No circuito da mercadoria, o anti-M são as antimercomodias sociais. Nas equações transformadas, Oliveira (1998) incorpora as categorias não capital (anti-D), antimercomodias sociais (anti-M) e antivalor (-V) que são expressão da atuação do fundo público na reprodução da força de trabalho. Para o autor, o fundo público atua como antivalor, anticapital.

"O fundo público, em resumo, é o antivalor, menos no sentido de que o sistema não mais produz valor, e mais no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos mais fundamentais de sua negação. Afinal, o que se vislumbra com a emergência do antivalor é a capacidade de passar-se a outra fase, em que a produção do valor, ou de seu substituto, a produção do excedente social, toma novas formas." (pág. 35).

Assim, o autor esclarece que o antivalor não se refere simplesmente a uma ausência de valor e que o capitalismo não apenas produz valor, mas também contém em si mesmo os elementos que podem levar à sua negação. Utilizando uma metáfora da física, Oliveira (1998) diz que: "o antivalor é uma partícula de carga oposta que, no movimento de colisão com a outra partícula, o valor, produz o átomo, isto é, o novo excedente social" (p. 53). Para o autor o fundo público cumpre essa função de antivalor, pois apesar de ser parte integrante do sistema econômico capitalista, também carrega em si as sementes da sua própria subversão, ou seja, os próprios mecanismos de reprodução do valor contêm contradições e elementos que podem levar à emergência de uma fase de transformação. A "capacidade de passar-se a outra fase" se refere a uma mudança fundamental no modo como a produção de valor e excedente social são organizados e concebidos. Oliveira (1998) sugere que a emergência do antivalor aponta para a possibilidade de redefinir e reestruturar a economia de maneiras que não apenas produzam valor, mas também respondam às falhas e contradições inerentes ao sistema capitalista.

3. A IDEIA DE ANTIVALOR PARA DAVID HARVEY

Por meio de um diálogo com a teoria marxista e fazendo relações com as questões presentes em suas pesquisas acerca da dinâmica urbana, do mercado imobiliário e dos desenvolvimentos geográficos desiguais, David Harvey procura compreender melhor os impasses e problemáticas do nosso tempo. A cada livro que escreve, parece aprofundar e atualizar ideias e conceitos que já foram discutidos em suas obras anteriores. No livro *A loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI* (2018), mais especificamente no capítulo quatro intitulado *Antivalor: a teoria da desvalorização*, ele apresenta o conceito de Antivalor e procura analisar os processos contraditórios que ocorrem no sistema capitalista, especificamente no contexto do século XXI.

Antes de entrar propriamente na ideia de antivalor para o autor, procuramos esclarecer brevemente alguns conceitos importantes e fundamentais para o pensamento de Marx e que nos ajudarão a entender melhor o próprio antivalor. Ainda no início do livro, David Harvey

oferece definições e tenta esclarecer esses conceitos à medida que o texto avança. Iniciaremos, pois, com o conceito de capital. Para David Harvey, "o capital se movimenta de maneira muito semelhante" à água no nosso planeta, desse modo, o autor compara o ciclo hidrológico da água que passa por diferentes estados físicos, em diferentes velocidades, para retornar ao oceano e reiniciar o ciclo, com o movimento do capital. Apesar de semelhantes, o autor aponta uma diferença fundamental: enquanto no ciclo da água a força motriz basicamente não se altera, na circulação de capital ela se expande continuamente, é "uma espiral em constante expansão" (HARVEY, 2018, p.17). Basicamente, o que diferencia o ciclo hidrológico da água da movimentação do capital é a reprodução ampliada do capital.

David Harvey utiliza a definição mais conhecida de Marx para dizer que capital é "valor em movimento" (HARVEY, 2018, p.17). Ainda nos termos de Marx, descreve o valor como "tempo de trabalho socialmente necessário" (HARVEY, 2018, p.18). O tempo de trabalho que se gasta fazendo uma mercadoria para ser comprada no mercado é uma relação social, ou seja, o valor não é uma característica intrínseca às mercadorias, mas sim uma característica que surge das relações sociais no sistema capitalista. O valor de uma mercadoria só pode ser determinado em relação a outras mercadorias no contexto de um mercado onde ocorre a troca, uma troca entre tempos de trabalho. De modo a exemplificar a corrente metodológica que explica o valor, Harvey faz uma comparação entre o materialismo físico e o materialismo histórico. Este último, reconhece a importância de entender ideias abstratas, imateriais, que não podem ser fisicamente explicadas, mas que são objetivas, assim como a ideia de valor. O autor cita Marx afirmando que: "elementos materiais não convertem o capital em capital" (HARVEY, 2018, p.19), pelo contrário, eles relembram que "o capital, de um lado, é *valor*, portanto algo *imaterial*, indiferente ante a sua existência material" (HARVEY, 2018, p.19). Dessa situação surge a necessidade de uma representação material do valor que é cumprida pela existência do dinheiro. O dinheiro é uma expressão, é a representação material de uma relação social, é portanto representação do valor que pode assumir diversas formas. Pode funcionar como meio de troca nas transações no mercado, pode servir como reserva para investimentos futuros e para acumular riqueza. No entanto, o dinheiro pode, em certos casos, se comportar também como uma mercadoria. Nessa situação, ele está relacionado ao ato de ser emprestado e, portanto, ele é colocado à venda no mercado a um preço que corresponde aos juros a serem pagos (HARVEY, 2018).

Para David Harvey (2018) "o valor em Marx existe apenas em relação ao antivalor" (HARVEY, 2018, p.80), não sendo, portanto, algo externo ou uma oposição ao valor, "o antivalor não é um acidente infeliz, o resultado de um erro de cálculo, e sim uma característica intrínseca e profunda da própria natureza do capital" (HARVEY, 2018, p. 80). Assim como Francisco de Oliveira, o autor recorreu a uma analogia da física para ilustrar que a relação entre valor e o antivalor é semelhante a relação entre matéria e antimatéria, conforme afirma: "...as leis evolutivas do capital repousam sobre o desdobramento da relação entre valor e antivalor de maneira semelhante à forma como as leis da física repousam sobre as relações entre matéria e antimatéria" (HARVEY, 2018, p.80). É nesse sentido que o conceito de antivalor para David Harvey está diretamente relacionado ao conceito de valor em Marx.

Na perspectiva que o capital é valor em movimento, quando ocorre uma interrupção desse movimento, ocorre também uma perda de valor, ou seja, ocorre uma desvalorização, mas quando esse movimento é retomado a desvalorização é superada, por isso, Marx "não considerava o antivalor uma ameaça externa "pairando" sobre o valor em movimento, mas sim uma força permanentemente disruptiva nas próprias entranhas da circulação do capital" (HARVEY, 2018, p.81). O antivalor pressupõe, dessa forma, uma interrupção no movimento da espiral de reprodução de capital e, por isso, desafia a visão tradicional do valor no capitalismo, que é frequentemente associada à produção de mercadorias e a mais valia. Em vez disso, o autor argumenta que o movimento do capital não opera apenas criando valor, mas também por meio da destruição, da desvalorização e da reconfiguração constante do valor.

O movimento do capital enfrenta uma contradição entre a produção de mercadorias e sua realização (venda e consumo dessas mercadorias). Para que o capitalismo funcione e acumule continuamente, as mercadorias precisam ser produzidas em grande quantidade, mas também precisam encontrar compradores dispostos a adquiri-las. Essa contradição é uma fonte fundamental de crises econômicas no sistema capitalista, mas é também "um momento de triunfo para as forças do antivalor" (HARVEY, 2018, p.91). David Harvey (2018) descreve o momento em que pode ocorrer a impossibilidade da realização do valor: a primeira é a mercadoria não ser desejada por ninguém, se ela não tem valor de uso, ela não possui valor; a segunda é quando os compradores não possuem dinheiro suficiente para adquirir a mercadoria. Quando algumas dessas situações ocorrem, o resultado é valor nulo. É por essa

razão que a manipulação das vontades e dos desejos no capitalismo, historicamente, tenta formar padrões de consumo e conseqüentemente cumpre um papel no movimento do capital (HARVEY, 2018). No momento da produção pode ocorrer outra situação que ameaça o capital, qual seja: quando os trabalhadores se recusam a trabalhar. Harvey fala que "Ao produzir mais-valor, o trabalhador produz capital e reproduz o capitalista. Ao recusar-se a trabalhar, o trabalhador se recusa a ambas as coisas" (HARVEY, 2018, p.83) e por esse motivo "é a corporificação do antivalor" (HARVEY, 2018, p.83).

O autor faz, então, um paralelo entre essa contradição interna do capitalismo e as lutas políticas e sociais que ocorrem na sociedade. Ele argumenta que, embora as lutas em torno da produção – greves e disputas trabalhistas – possam parecer ter uma estrutura social e organizacional diferente das lutas em torno da realização – como movimentos de resistência ao consumo ou acesso a serviços públicos – ambas estão intrinsecamente ligadas à lógica mais ampla da circulação do capital. Muitas vezes, o movimento de esquerda aborda essas duas modalidades de luta separadamente, dando prioridade às questões relacionadas à produção e valorização. No entanto, Harvey coloca que essa separação é inadequada, pois as lutas em torno da produção e da realização estão interconectadas na dinâmica global do capitalismo. O autor afirma que:

O valor e o antivalor se relacionam de diversas maneiras na circulação do capital. O papel do antivalor nem sempre é de oposição. Ele também possui um papel-chave na definição e garantia do futuro do capital. A luta contra o antivalor mantém o capital sempre alerta, por assim dizer. A necessidade de resgatar o antivalor é uma grande força propulsora em direção à produção de valor (HARVEY, 2018, p.85).

O Antivalor, como Harvey argumenta, emerge da dialética da desvalorização inerente ao sistema capitalista. Esse processo, essencialmente, envolve a destruição, obsolescência ou desvalorização de mercadorias, forças de trabalho e tecnologias como um meio para liberar espaço para a acumulação de capital. Este fenômeno não é apenas intrínseco à natureza do capitalismo, mas também o motor subjacente da expansão e da busca incessante por lucros.

Para exemplificar como esse fenômeno tem ocorrido na atualidade, o autor destaca o papel da dívida "como uma forma crucial de antivalor" (HARVEY, 2018, p.85). Harvey, destaca que o crédito surge como um resgate do capital morto e desvalorizado que é o dinheiro entesourado. Para que se mantenha o movimento do capital, o crédito reinsere esse capital que estava parado: "O papel imediato da intervenção do crédito é ressuscitar o capital-dinheiro entesourado, portanto "morto", e tornar a pô-lo em movimento" (HARVEY,

2018, p.86) na forma de capital portador de juros. No contexto do capitalismo contemporâneo, o endividamento foi introduzido como uma alternativa para o problema do entesouramento excessivo, permitindo que o capitalismo mantivesse a dinâmica de circulação e acumulação de capital em funcionamento, mesmo quando o valor estava temporariamente inativo (HARVEY, 2018). O endividamento, nesse contexto, desempenha um papel importante na garantia da continuidade do sistema capitalista.

Harvey (2018) sugere que o uso de dívidas como forma de disciplina é uma estratégia do capitalismo. Ao impor dívidas sobre grupos vulneráveis, o sistema cria uma pressão financeira que força essas pessoas a se tornarem trabalhadores produtivos, a buscarem atividades que gerem valor, que possa ser apropriado pelo capital na forma de pagamento de juros. O comprometimento das liberdades futuras é uma consequência direta da sobrecarga de dívidas. Aqueles que se endividam para buscar educação ou propriedade imobiliária podem se encontrar em uma situação em que são forçados a priorizar o pagamento de dívidas sobre outras escolhas ou aspirações da vida, ou seja, a dívida é a negação do futuro das populações.

Essa estratégia de obtenção de valor por meio do endividamento se torna predominante no momento em que o capitalismo enfrenta dificuldades crescentes para organizar a produção de valor usando os métodos convencionais. O uso da dívida como instrumento de acumulação de capital é uma resposta às mudanças na economia global, mas que continuam perpetuando um cenário crescente de desigualdades sociais, assim como o próprio Marx já anunciava no século XIX.

Os ricos enriquecem cada vez mais com manipulações financeiras, enquanto os pobres empobrecem cada vez mais pela necessidade de pagar suas dívidas (e isso vale para empréstimos tanto individuais quanto coletivos e estatais). Enquanto isso, a valorização parece estar completamente em segundo plano, relegada a ser enfrentada pelos países mais pobres do planeta. (HARVEY, 2018, p.89)

Harvey (2018) coloca que o excesso de trabalhadores empregados em atividades que não produzem valor, mas que contribuem para o aumento do mais-valor relativo, importante para a acumulação de capital, pode gerar, acidentalmente, uma dificuldade no movimento do capital. Se uma grande parte dos indivíduos se envolvessem em atividades improdutivas, como aquelas relacionadas à circulação (marketing, vendas, etc.), juntamente com a hiperburocratização ocorreria uma ameaça à reprodução de capital e o sistema capitalista poderia enfrentar uma crise. Harvey afirma que: o equilíbrio entre o trabalho produtivo e o

trabalho improdutivo, em qualquer formação social capitalista, é definido em função do desenrolar dos processos e lutas sociais e políticas" (HARVEY, p.94, 2018).

Apesar de traçar um cenário que passa a ideia de que "tudo está perdido", Harvey coloca algumas possibilidades de lutas e resistências que ocorrem a partir do que ele chama de "atividades e políticas anticapitalistas" (HARVEY, 2018, p.94). Essas atividades procuram criar "maneiras alternativas de viver", desenvolver formas de organização social, economia e interação humana que não dependam exclusivamente da produção de valor.

4. ANTIVALOR COMO CONTINUAÇÃO E COMO SUPERAÇÃO DA ESPIRAL DO CAPITAL

É possível que a escassez de trabalhos analisando o conceito de antivalor em Francisco de Oliveira e em David Harvey ocorra devido à percepção de que não existem semelhanças claras entre as duas ideias. Apesar do conceito de antivalor para Oliveira (1998) ter sido pensado a partir do Estado de bem-estar social europeu, ele realiza uma interpretação para a economia capitalista brasileira e não deixa de pontuar as diferenças nas experiências dos países considerados centrais e periféricos. Para este autor o antivalor está diretamente ligado ao conceito de fundo público e tem, ao meu ver, um caráter mais particular, embora assim como a ideia de Harvey, não é uma oposição ou barreira à espiral de expansão do capital. Já para David Harvey (2018), o conceito de antivalor está ligado ao conceito de valor em Marx. Sua argumentação é um esforço para entender as dinâmicas e consequências do antivalor no funcionamento do capitalismo global, tem assim, um caráter mais amplo. Não obstante, apontar as diferenças seja um caminho interessante, faremos aqui o esforço de identificar alguns pontos que, embora não estejam totalmente explícitos nas definições apresentadas pelos autores, aparecem nas entrelinhas de suas argumentações quando apresentam suas ideias e colocam suas preocupações com relação ao antivalor e que, talvez seja, justamente, aquilo que caracteriza o antivalor como uma unidade contraditória.

Iniciaremos pois, com a ideia de *acumulação primitiva*. Para os dois autores a acumulação primitiva não é um processo puramente histórico de um dado momento da história, não se caracteriza apenas como um "momento original" anterior à plena maturação do capitalismo industrial, mas como um processo atuante na sociedade contemporânea que continua a ocorrer à medida que o sistema busca novas formas de expandir e acumular capital.

Karl Marx no capítulo 24 do Capital Livro I, faz uma comparação irônica entre a acumulação primitiva e o pecado original que condena o ser humano a ganhar o seu sustento com o esforço do seu trabalho, para ilustrar a ideia dessa acumulação prévia à acumulação capitalista, já que na história do pecado original econômico existe um contingente de pessoas para as quais essa necessidade sequer se aplica (MARX, 2017). Ele afirma que: "...desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar" (MARX, 2017, p.785).

Francisco de Oliveira (1998) argumenta que a formação do sistema capitalista não teria sido possível sem o uso de recursos públicos, que funcionaram como uma espécie de acumulação primitiva, mas que desempenharam um papel primordial de acumulação em várias fases da formação do capitalismo. David Harvey (2014) destaca que a transição para o desenvolvimento capitalista historicamente dependeu e ainda depende de forma vital das ações do Estado (p.121).

De modo a ilustrar essa ideia do fundo público funcionar como acumulação primitiva, Oliveira faz referência a várias situações históricas desde a expansão colonial a medidas caritativas, como as "Poors Houses" na Inglaterra (1998). Na conjuntura brasileira o autor redefine o que seria a acumulação primitiva como:

...em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação –, mas se *expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *cresce por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. (OLIVEIRA, 2013, p.43)

Para o autor, em determinadas condições específicas, especialmente quando o capitalismo se expande através da exploração das periferias, a acumulação primitiva não é apenas um aspecto genético, mas torna-se uma característica estrutural, persistindo ao longo do tempo. Para Harvey existe uma interconexão entre as lógicas territorial e capitalista do poder que sugere que o Estado tem controle na gestão e na organização do território, "O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes"(HARVEY, 2014, p.121).

Em 2020, em meio a pandemia de Covid-19, mesmo com a contração de quase 5% no PIB⁶, houve uma redução da pobreza pela primeira vez em muitos anos no Brasil. Alguns autores indicam que essa diminuição foi possível devido à implementação emergencial de transferências monetárias (SOUZA, 2022; COSTA; BARBOSA; HECKSHER, 2021). Enquanto em 2020 as transferências de renda custaram por volta de R\$ 295 bilhões de reais, em 2021 foi um pouco abaixo de R\$ 60 bilhões (SOUZA, 2022) e justamente neste ano houve o maior aumento anual da pobreza em mais de trinta anos.⁷ As políticas de combate à pobreza têm uma função importante em sua redução, contribuindo para minimizar as condições precárias de determinados grupos, mas por outro lado, essas políticas também têm um papel de recolocar o valor em movimento funcionando como um tipo de antivalor.

David Harvey (2014) também concorda que a acumulação primitiva não se limita apenas à fase inicial de formação do capitalismo, mas critica o uso do termo "primitiva" para descrever esse processo que é contínuo. Ele sugere que o adjetivo "primitiva" pode ser enganoso e limitar a compreensão do fenômeno por fazer referência a uma etapa original, quando na verdade a acumulação primitiva está em curso, por esse motivo ele utiliza o termo "acumulação por espoliação". O autor explica que boa parte das características da acumulação primitiva descrita por Marx estão presentes no dia de hoje, mas foram aprimoradas para assumirem um papel mais forte. É o caso, por exemplo, do endividamento massivo da população por meio do sistema de dívidas e créditos e da mobilização do sistema financeiro para assegurar a produção futura de valor que, assim como na época de Marx, promovem um sistema predatório de fraude e roubo.

Uma notícia do mês de julho do ano passado do *Jornal da USP* trouxe que 71 milhões de pessoas estão com o nome negativado no Brasil, valor que corresponde a 43% da população adulta do país, segundo Paulo Feldmann, professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA).⁸ Nesse mesmo mês, ocorreu o lançamento do

⁶ Dados do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) sobre o PIB brasileiro de 1997 a 2023 por trimestre. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414> Acesso em 01 de ago. 2024.

⁷ Dados do Banco Mundial disponíveis na plataforma chamada *Poverty and Inequality Platform* (PIP) que possui uma ferramenta computacional interativa que oferece aos usuários acesso rápido às estimativas sobre pobreza e desigualdade. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/country-profiles/BRA> Acesso em 01 de jul. 2024

⁸ A notícia completa pode ser consultada em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cerca-de-43-da-populacao-adulta-do-pais-esta-endividada/>

Programa Desenrola⁹ que tem como objetivo principal a desnegativação do nome de pessoas que possuíam dívidas de até R\$ 100,00 e a oportunidade de negociar dívidas em outras modalidades do programa. A negativação inviabiliza empregos formais, o aluguel de imóveis e uma série de situações em que é necessário estar com o nome regularizado. É importante destacar que a proposta do Programa Desenrola não é perdoar a dívida tampouco quitar a dívida, mas deixar a população adimplente para que possam continuar, de um lado, o processo de reprodução do capital no âmbito do trabalho, e de outro lado, os processos espoliativos no âmbito da vida futura. Apenas um dos bancos que aderiu ao programa de governo e que durante muito tempo fazia propagandas de cartões de créditos isentos de tarifas de manutenção, possuía mais de um milhão de pessoas negativadas.¹⁰ Esse tipo de conduta não é algo propriamente ilegal, mas o efeito recai sobre famílias de baixa renda. A acumulação por espoliação não é uma situação marginal, talvez seja hoje em dia o centro da acumulação, é o que move a acumulação infundável de capital e que ao mesmo tempo, pode gerar crises.

Outro conceito que nos parece importante ser colocado e que está presente na argumentação dos dois autores é o de *reprodução ampliada do capital*. Francisco de Oliveira (1998) argumenta que o antivalor só pode desempenhar o papel de sustentação do processo de valorização do capital se não for considerado capital por si só, pois permite que o antivalor escape das limitações impostas pela lógica da forma mercadoria e das limitações de reprodução do mais valor como únicas forma de sustentação da reprodução ampliada. David Harvey (2014) fala que o processo de acumulação primitiva tem hoje um formato de reprodução expandida¹¹ é, por esse motivo, que o autor procura analisar a relação entre os esses dois processos de modo a entender o desenvolvimento geográfico do capitalismo ao longo do tempo e a lógica de acumulação e reprodução. A acumulação por espoliação e a

⁹Mais informações sobre o programa estão disponível no site do Ministério da Fazenda: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desenrola-brasil>

¹⁰ Ver notícia com essa informação mais detalhada em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/21/nubank-a-startup-que-colocou-1-milhao-de-brasileiros-no-spc-por-causa-de-r-100#:~:text=O%20Nubank%20est%C3%A1%20entre%20os.100%20em%20dezembro%20de%202022>

¹¹ O que David Harvey chama de reprodução ampliada, muda conforme a obra e a tradução. No livro *O Novo Imperialismo* é utilizado o termo *reprodução expandida*, no livro *A loucura da razão econômica* é utilizado o termo *reprodução perpétua*. Seria necessário uma análise mais detalhada da versão original e das traduções para se ter uma ideia mais clara de qual terminologia é mais adequada. Como este não é o objetivo deste trabalho, deixaremos para um momento futuro.

reprodução do capital constituem dois movimentos que funcionam em conjunto, de forma interligada.

Ao refletirmos sobre a atual utilização da Inteligência Artificial (IA), é possível vislumbrar um futuro que, mais próximo do que desejamos, parece acentuar os processos de reprodução do capital por meio da exploração do trabalhador. Uma análise recente aborda o potencial impacto da IA e o crescimento da produtividade de duas maneiras distintas: através da aceleração das inovações tecnológicas e do aprimoramento da eficiência dos profissionais engajados em atividades classificadas como trabalho cognitivo (BAILY; BRYNJOLFSSON; KORINEK, 2023). Em teoria, a aplicação da IA deveria conferir-nos mais tempo livre, pois possibilita a realização de determinadas tarefas em intervalos menores. No entanto, o que se observa na prática é um aumento constante da carga de trabalho das pessoas. O que parece acontecer é que o tempo economizado com o uso da IA não está sendo destinado ao lazer ou outras coisas desejadas pelos trabalhadores, mas sim a mais horas de trabalho suplementar.

Esse processo de intensificação da carga de trabalho se desenrola de maneira paralela ao crescente endividamento da população. Observamos, por um lado, a reprodução do capital impulsionada pelo aumento da produtividade do trabalhador. Por outro lado, deparamo-nos com o endividamento desses mesmos trabalhadores, resultado de processos espoliativos que lançam sombras sobre suas perspectivas de vida futura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Francisco de Oliveira e David Harvey, o conceito de antivalor não representa uma oposição direta ao valor, mas sim uma componente paradoxal presente no valor em constante movimento dentro da lógica da circulação plena do capital. Essa paradoxalidade existe porque o antivalor pode possibilitar a reativação do valor em movimento, ao mesmo tempo em que impõe limites a essa dinâmica e pode eventualmente desacelerar tal processo. Para fazer uma analogia com a física, assim como os dois autores fizeram ao definir o antivalor, podemos considerar o antivalor como uma *Força* capaz de alterar não apenas a direção (no âmbito espacial), mas também o sentido e a velocidade do valor.

A trajetória do capitalismo se desenrola como uma intrincada dança dialética entre a acumulação primitiva e a reprodução expandida do capital, encontrando no sistema financeiro

o seu ponto de maior força. Torna-se agora mais evidente que, para compreender a sociedade contemporânea, é essencial investigar como a estrutura social foi moldada pela fusão da acumulação primitiva com a reprodução ampliada do capital, fenômeno que, em nosso tempo, tem resultado em uma série de explorações, espoliações e dominações diretamente relacionadas à formação de novas espacialidades e a situações de pobreza mais cruéis.

As ideias de antivalor formuladas por Francisco de Oliveira e David Harvey, cada qual a seu modo, visam iluminar que essa dança dialética não é um mero vestígio do passado, mas permanece como um elemento intrínseco do presente que funciona ora sustentando o movimento contínuo do capital e sua busca incessante por acumular valor ilimitado, ora desencadeando uma desaceleração ou até mesmo interrupção no fluxo do capital.

Embora os apontamentos sobre o antivalor de Francisco de Oliveira e David Harvey sejam aqui apresentados de maneira esquemática, sem um aprofundamento teórico, destaca-se um ponto crucial: a pobreza gerada pelo sistema capitalista não é uma simples consequência do antivalor, mas sim uma manifestação direta e palpável dessa força. O antivalor transcende o impacto meramente econômico, permeando e configurando as realidades sociais contemporâneas, refletindo uma força que molda e redefine as condições socioculturais e as estruturas econômicas do nosso tempo.

5. REFERÊNCIAS

BAILY, Martin; BRYNJOLFSSON, Erik; KORINEK, Anton. **Machines of Mind: The Case for an AI-Powered Productivity Boom**. Brookings Institution, 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/machines-of-mind-the-case-for-an-ai-powered-productivity-boom/>

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. D. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. Ed. 8. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Capítulo 24. Pág. 785-834. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, F. de. **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. *Novos Estudos, CEBRAP*, n. 22, v3, pp. 8-28, out. 1988.

_____. **Os Direitos do Antivalor**: A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **A Metamorfose da Arribação**: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Novos Estudos Cebrap*, n. 27, v2, pp. 67-92, n.27, 1990.

_____. **A economia política da social-democracia**. *Revista USP*, [S. l.], n. 17, p. 136-143, 1993. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i17p136-143. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25974>. Acesso em: 23 ago. 2023.

COMIN, Alexandre; OLIVEIRA, F.; LINO, Hélio; SARAIVA, Alexandre. **Crise e Concentração**: Quem é Quem na Indústria de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, n.39, v2, pp. 149-171,1994.

SOUZA, P. H. G. F. **A evolução da pobreza monetária no Brasil no século XXI**. *Boletim de Políticas Sociais* n. 29, *Notas de Política Social* n. 2. Brasília: Ipea, 2022.